

Genealogia da cultura organizacional (escolar). Uma abordagem dos fundamentos epistemológicos

Leonor Lima Torres¹

1. O ponto de partida

Os recentes processos de modernização económico-social do nosso país e o seu enquadramento em espaços marcados por racionalidades político-ideológicas mais globais, tem constituído uma conjuntura favorável à instrumentalização de alguns domínios do conhecimento das ciências sociais e mesmo a uma certa mistificação de alguns conceitos estruturantes do saber científico. Esta realidade encontrou expressão significativa sobretudo nas décadas de 80 e 90, quer nos domínios da administração empresarial, quer mais recentemente no domínio da educação escolar. No caso particular dos enfoques sociológicos sobre as organizações educativas assiste-se, com alguma recorrência, à imposição de algumas problemáticas teóricas que, num reduzido espaço de tempo, passaram a emblematizar alguns discursos sobre a educação. Parece-nos que este fenómeno poderá ser bem ilustrado através das diversas utilizações e instrumentalizações político-ideológicas a que tem sido sujeita a problemática da cultura organizacional em diversos contextos organizativos. Com efeito, num quadro político marcado pelo avanço das lógicas de mercado, de braço dado com os aludidos imperativos de modernização do país, o apregoar de valores como a eficácia, a competitividade, a excelência, entre outros, como fins a inscrever nas orientações da organização escolar, mais não faz que retirar protagonismo e sentido a valores que timidamente se discutem, como a autonomia, a participação e a democracia escolar². É neste contexto que o conceito de cultura organizacional ganha um sentido político-ideológico marcante, ao adquirir o estatuto de técnica ao serviço dos objectivos educacionais. Amplifica-se consideravelmente a crença nos seus poderes unificadores numa organização escolar especialmente marcada pela diversidade, à custa da simplificação indiferenciada das suas múltiplas referenciações teóricas e disciplinares, mistificando e reificando ao limite a sua natureza gestonária.

Essencialmente porque julgamos que a problemática da cultura organizacional apresenta consideráveis potencialidades heurísticas na perspectivação e na problematização da organização escolar actual, é nosso objectivo enveredar por uma análise que contrarie a instrumentalização a que o conceito tem sido submetido, adoptando um registo que compreenda e desmonte a sua complexidade e simultaneamente nos sinalize os seus limites neste tipo de organização específica. A estratégia encontrada para tal propósito consistirá, sobretudo, na tentativa de construção de uma espécie de genealogia da cultura organizacional. Julgamos, pois, que uma abordagem aprofundada sobre as raízes da problemática da cultura organizacional não pode prescindir de um

¹ Instituto da Educação e Psicologia - Universidade do Minho

² Já anteriormente Lima (1994, 122) teve oportunidade de sinalizar este debate: "É neste quadro que se opera uma recontextualização de termos como, por exemplo, *autonomia*, descentralização, participação, agora tendencialmente despojados de sentido político. A autonomia (mitigada) é um instrumento fundamental de construção de um *espírito* e de uma *cultura* de organização-empresa; a *descentralização* é congruente com a «ordem espontânea» do mercado, respeitadora da liberdade individual e garante de eficiência económica; a *participação* é essencialmente uma técnica de gestão, um factor de coesão e de consenso".

enfoque multidireccional, que contemple as dimensões teóricas, disciplinares, políticas, económicas, ideológicas, susceptível de gerar um debate em torno da natureza ontológica e epistemológica desta área de estudo. Se, num primeiro momento, nos parece crucial debater as condições sociais de produção da problemática, parece-nos, por outro lado, que este objectivo só se poderá concretizar sociologicamente se mediatizado pelas especificidades inerentes às suas condições teóricas de produção.

Na medida em que a construção de uma genealogia da cultura organizacional exige uma definição prévia das estratégias metodológicas mais adequadas à apreensão da suas fundações teóricas e epistemológicas, nesta espécie de ensaio procuraremos, então, reflectir sobre as pistas de um percurso analítico possível, desvendando, aqui e ali, os referenciais teóricos que presidirão à construção daquela genealogia.

2. As condições da construção do conhecimento do social/cultural

Ao intentarmos uma incursão crítica em torno do processo de construção da problemática da cultura organizacional, uma espécie de aproximação cognitiva à sua genealogia, somos reflexivamente conduzidos a tecer algumas considerações prévias, ainda que marginais ao campo de debate sobre o processo geral de construção de conhecimento em ciências sociais.

Enquanto objecto de análise pluridisciplinar e multiparadigmático, a cultura organizacional apresenta-se como uma problemática de apreensão sociológica complexa, de perspectivação multireferencial³, o que implica, por parte do investigador, a adopção de uma postura analítica metodologicamente imbrincada nos condicionalismos inerentes ao próprio percurso de construção do conhecimento do social-cultural. Por isso, parece-nos oportuno e indispensável, traçar uma espécie de paralelismo entre as especificidades inerentes à construção do conhecimento em ciências sociais e humanas, em sentido genérico, e as eventuais pontes de contacto que se poderão estabelecer com a génese e evolução da problemática da cultura organizacional. A referencialização do objecto cultura organizacional ao contexto mais vasto da epistemologia/metodologia das ciências sociais, permitir-nos-á reabrir o debate sobre os antecedentes teórico-disciplinares da cultura organizacional, a partir das próprias condições teóricas e sociais da sua produção. Por conseguinte, a perspectivação da génese e evolução histórico-social do nosso objecto de estudo só fará sentido quando contextualizada nos parâmetros mais genéricos que definem a natureza da ciência (normal) ou, então, daquilo a que Kuhn (1991) intitulou de “estrutura das revoluções científicas”.

A ideia comumente veiculada e sustentada, de forma mais proeminente nos círculos de reflexão gestionária, de que o conceito de cultura organizacional nasceu nos anos 70, como consequência natural de um fenómeno associado à crise do modelo de produção americano face ao rápido e imparável apogeu económico japonês⁴, merece, do nosso ponto de vista, uma releitura crítica. Em primeiro lugar, este pressuposto, como outros baseados em critérios exclusivamente económicos, políticos ou ideológicos, esvazia de sentido as lógicas e os condicionalismos inerentes ao processo de construção da ciência,

³ Para uma análise das múltiplas focalizações teóricas desenvolvidas em torno da problemática da cultura organizacional, consultar, entre outros, Smircich (1983); Allaire & Firsirotu (1984); Schein (1985); Frost e outros (1985, 1991); Deal & Kennedy (1988); Martin (1992).

⁴ Veja-se, entre outras obras paradigmáticas do desenvolvimento desta tese (de que a emergência e desenvolvimento do conceito de cultura organizacional está directamente relacionado com o sucesso das empresas japonesas), Pascale & Athos (1981); Peter & Waterman (1983); Ouchi (1986).

na medida em que parte do princípio de que determinado objecto de análise surge e impõe-se de forma quase extemporânea, fazendo tábua rasa das suas condições teóricas de produção. Com efeito, a produção do conhecimento científico obedece a lógicas construtivas e reconstrutivas, a avanços e recuos significativos, a processos de desenvolvimento descontínuos (frequentemente de *tipo zig-zag*), a verdadeiras revoluções paradigmáticas (Kuhn, 1991, Bourdieu e outros, 1976; Santos, 1987; Giddens, 1996; Comissão Gulbenkian, 1996), o que significa, do ponto de vista epistemológico, a negação contundente do pressuposto acima referenciado. Assim, nenhum conceito ou objecto de estudo nasce no vazio ou desgarrado do seu contexto teórico-disciplinar; pelo contrário, a sua projecção académica, social, política deve ser perspectivada também por referência a estas balizas/eixos, que permitem mais sustentadamente relativizar a tendência para a sobrevalorização de factores aparentemente mais determinadores das temáticas investigativas.

Se bem que não negamos a importância frequentemente atribuída ao enquadramento político-ideológico na compreensão da popularidade da problemática da cultura organizacional, não podemos deixar de sublinhar a tendência para a sua excessiva sobrevalorização, presente em variados contextos disciplinares e gestionários, em detrimento da sua inscrição nas respectivas condições teóricas de produção. Estas, de mais complexa apreensão, pois implicam um domínio aprofundado das correntes teóricas subjacentes a uma área de conhecimento determinada, têm sido, por outro lado, encaradas como dimensões da investigação mais ou menos naturalizadas, tidas como adquiridas por parte do investigador, cuidando-se mais e com maior acuidade, conseqüentemente, do aprofundamento das condições sociais — estas sim, vistas como as legitimadoras, em última instância, da tão famigerada objectividade das ciências sociais e humanas.

Convém, entretanto, destacar alguns estudos importantes desenvolvidos na década de 80 e 90 sobre a cultura organizacional que procuraram justamente abordar as condições teóricas de produção desta problemática, no sentido de contextualizar a sua evolução teórico-conceptual (Cf. Ouchi & Wilkins, 1988; Beltran & Ruffat, 1991; Freitas, 1991; Alvesson & Berg, 1992). Estes trabalhos, ao constituírem uma aproximação àquilo que designámos por genealogia da cultura organizacional, serão alvo de análise, num outro trabalho, onde se operacionalizarão os pressupostos teóricos e metodológicos apresentados neste ensaio.

3. A objectividade do conhecimento do social/cultural

Os diversos ensaios produzidos em torno da epistemologia das ciências sociais têm reflectido recorrentemente sobre a relação controversa entre as práticas sociais e os valores político-ideológicos que enquadram determinada investigação e a questão da objectividade do conhecimento científico. Não restam dúvidas que a questão da objectividade nas ciências sociais tem constituído um factor central no despoletamento de novas e renovadas discussões nos domínios da reflexão metodológica e epistemológica, pelo que, dadas as suas implicações na construção do conhecimento em ciências sociais — e no caso em análise, na compreensão da evolução do estudo da problemática da cultura organizacional —, nos parece merecer alguma atenção particular. Desde logo, duas ideias importa sublinhar: por um lado, a crença de que a objectividade constitui um objectivo possível, desejável e alcançável, não obstante a coexistência das diferentes acepções e posicionamentos teóricos que historicamente se foram impondo (e com diferentes implicações nos modos de fazer ciência); por outro lado, a ideia de que a questão da neutralidade das ciências sociais é impossível, desde logo, se atendermos às condições sociais que naturalmente envolvem todo o processo de produção de conhecimento. E

será particularmente esta segunda vertente, mais inspirada num *paradigma construtivista*, que procuraremos, de seguida, desenvolver um pouco mais, na medida em que apresenta, na nossa óptica, os principais ingredientes para a problematização teórica e metodológica do percurso evolutivo do objecto da cultura organizacional.

Ao reconhecer-se que o conhecimento é socialmente construído e que este processo é marcado por diversos condicionamentos de ordem subjectiva não significa uma rejeição categórica da importância da objectividade, mas antes, a sua potencialização pelo reconhecimento crítico das principais limitações que, inevitavelmente, se interpõem à sua concretização. Apesar da questão da objectividade continuar a constituir uma meta de importância capital nas ciências sociais, assiste-se actualmente a uma certa complexificação do próprio conceito de objectividade, ao passar-se a perspectivá-lo como uma trajectória situada num *continuum* representativo dos diversos graus de objectividade a atingir. Ou seja, o rigor e a validade do conhecimento parecem variar na razão directa do grau de objectividade atingido, sendo esta relação sempre interceptada pelos factores de ordem social, ideológica, política que enquadram as balizas da própria pesquisa:

Há quem tenha sugerido que aquilo que se diz ser conhecimento objectivo não é senão o conhecimento detido por aqueles que são social e politicamente mais fortes (Comissão Gulbenkian, 1996, 127).

O alcance da objectividade pura, da neutralidade axiológica torna-se, segunda esta perspectiva, num dos mais importantes obstáculos à consolidação e afirmação da especificidade do conhecimento em ciências sociais. Aliás,

[...] O facto de o conhecimento ser socialmente construído significa também que é socialmente possível haver um conhecimento mais válido. O reconhecer-se as bases sociais do conhecimento em nada contradiz o conceito de objectividade (Id., Ibid, 130).

Ao admitir-se criticamente a (inter)subjectividade como uma variável endógena à própria prática de construção do conhecimento e ao criarem-se estruturas de pesquisa mais pluralistas e universais, evitando, assim, reduzir as ciências sociais “[...] a uma miscelânea de perspectivas individuais, cada uma delas tão válida quanto as restantes” (Id., Ibid, 129), estaríamos, então, a contribuir para aumentar as probabilidades de alcançar um conhecimento mais objectivo⁵.

3.1. O social, o ideológico e o político na construção do conhecimento

Ao percorrermos a vasta literatura que se tem debruçado sobre a especificidade do conhecimento em ciências sociais, parece sobressair uma certa consensualidade em torno da ideia de relatividade da autonomia da campo teórico por referência às condições sociais da sua produção. Quando transportamos esta análise para um nível de análise mais diacrónico, isto é, já não centrado na relação investigador-sujeito/ciência-objecto, mas mais direccionado para a identificação das interacções múltiplas entre condicionantes sociais e construções teóricas, poderemos com maior visibilidade perspectivar os processos dialécticos inerentes à (re)construção da estrutura do conhecimento científico. De facto, em cada contexto espaço-temporal, a produção teórica reflecte a especificidade das práticas e das estruturas sociais, o que significa enfatizar a importância da historicidade de todos os fenómenos sociais na

⁵ Sobre a questão da objectividade do conhecimento em ciências sociais e humanas, aqui apenas esboçada e com o estatuto de mera orientação de uma linha investigativa, remetemos o leitor para duas obras mais específicas que nos ajudaram a aprofundar este debate: Boudon, 1998; Weber, 1979a) e b).

compreensão das formações teóricas. E no âmbito genérico daquilo que é designado por fenómenos sociais, ou pela globalidade da estrutura social, não poderíamos deixar de destacar, os de índole ideológica, política e/ou económica, pelo impacto que parecem ter na (re)definição das orientações teóricas.

Não obstante o reconhecimento da presença, ou mesmo implantação de matizes ideológicas no desenvolvimento do processo científico ter conduzido ao accionamento de uma atitude de permanente vigilância crítica por parte dos investigadores, ao escrutinarmos historicamente o procedimento científico referente a uma determinada problemática, não podemos, contudo, deixar de captar algumas regularidades conjunturais do ponto de vista da escolha dos problemas a estudar, das formas de abordagem mais utilizadas, que seria o mesmo que dizer, na perspectiva de Schumpeter, defendida já em finais da década de 40, que

Mesmo para a matemática e para a lógica e ainda mais para a física, a escolha dos problemas do trabalhador científico e as aproximações e as abordagens que possam eventualmente ser feitas, portanto o padrão do pensamento científico de uma dada época, tornam-se socialmente condicionadas — que é precisamente o que queremos dizer quando falamos de ideologia científica, mais do que uma cada vez mais perfeita percepção de verdades científicas objectivas (Schumpeter, 1996, 253) 6.

Com efeito, o padrão de pensamento científico assinalado por Schumpeter aponta para um modo dominante de fazer ciência, ou seja, para a escolha de determinados objectos de estudo, métodos e teorias, que tendem, de forma mais ou menos naturalizada, a impôr-se como os mais cientificamente aceitáveis. Na acepção de Pierre Bourdieu, esta tendência traduz inequivocamente uma hierarquia dos domínios e dos objectos do saber que reflecte os interesses ideológicos da classe dominante, legitimando, assim, a imposição de uma espécie de “máscara de uma censura puramente política” (Bourdieu, 1998, 35)⁷ relativamente a objectos menos prestigiados ou menos dignos do ponto de vista da classificação dominante. Em suma, a inscrição de uma certa hierarquia de valores nas práticas investigativas reflecte-se na existência de uma hierarquia dos domínios do saber e dos objectos, o que possibilita, por sua vez, identificar áreas de pesquisa que detêm diferentes graus de legitimidade e de prestígio científico. Como defende o mesmo autor,

A definição dominante das coisas boas de se dizer e dos temas dignos de interesse é um dos mecanismos ideológicos que fazem com que as coisas também muito boas de se dizer não sejam ditas e com que temas não menos dignos de interesse não interessem a ninguém, ou só possam ser tratados de modo envergonhado ou vicioso (Id., *Ibid*, 35).

E seria justamente por referência a este enquadramento ideológico-político que se impõe ao processo de construção do conhecimento científico, que a problematização do posicionamento político- simbólico do investigador (ou produtor de saber) ganharia sentido:

O pesquisador participa sempre da importância e do valor que são comumente atribuídos ao seu objecto e é pouco provável que ele não leve em conta, consciente ou inconscientemente, na alocação de seus interesses intelectuais, o fato de que os trabalhos (cientificamente) mais importantes sobre os objectos mais “insignificantes” têm poucas oportunidades de ter, aos olhos daqueles que interiorizaram o sistema de

⁶ Edição original de 1949, com o título “Ciência e Ideologia”. *American Economic Review*, Março, pp. 345-359).

⁷ Edição original de 1975, com o título “Méthode Scientifique et Hiérarchie sociale des Objets”. *Actes de la Recherche en Science Sociales*. Paris, nº 1, pp. 4-6).

classificação em vigor, tanto valor quanto os trabalhos mais insignificantes (cientificamente) sobre os objectos mais “importantes” que, com frequência, são igualmente os mais insignificantes, isto é, os mais anódinos (Id., Ibid., 36).

Na medida em que a penetração das teses ideológicas nos modos de produção de ciência, especificamente a ciência social e humana, representa ora um obstáculo epistemológico ora uma condição *sine qua non* (ou pré-requisito) para o prosseguimento do trabalho científico, parece-nos poder postular que o caminho conducente à tão proclamada validade e objectividade científica passaria pela adopção individual, colectiva e (idealmente) interdisciplinar, de um posicionamento crítico face ao objecto de estudo, isto é, de problematização das suas condições/contextos de produção, a fim de melhor depreender a função sócio-ideológico-política inerente ao nosso próprio trabalho de investigação. Ou seja, julgamos ser indispensável repensar a função social da nossa investigação em torno de uma determinada parcela analítica, tendo por referência o conhecimento dos próprios condicionalismos que historicamente enquadraram a sua inserção numa determinada área problemática mais vasta. Estaríamos, assim, a adoptar o pressuposto de que a carga social, ideológica e política, que qualquer acto de investigação comporta, seria tanto mais potencializada quanto mais consciência crítica houvesse das diferentes modalidades que assumia e das suas respectivas consequências no complexo processo de construção do conhecimento. Só então, nos pareceria ser possível falar de *vitória* do processo analítico sobre a ideologia dominante e, conseqüentemente, na construção de um saber sobre o social mais consolidado.

Este repensar sobre a inserção da ciência social na totalidade das práticas constitutivas das relações sociais remete-nos para uma focalização crítica ao nível da articulação multívoca teoria/ideologia e, em determinado espaço e tempo históricos, permite-nos desocultar alguns véus subjacentes à emergência, consolidação e crise de determinados paradigmas teóricos. De forma bem fundamentada, Santos, em 1987, ao desenvolver a ideia de crise do paradigma da ciência moderna, alegava dois tipos de explicações — as condições teóricas e as condições sociais —, sendo as de índole social as que mais reforçariam a imagem de que a ciência nas últimas décadas teria perdido alguma autonomia e imparcialidade, deixando-se render ao fenómeno global da industrialização. Como refere o autor,

Tanto nas sociedades capitalistas como nas sociedades socialistas de Estado do leste europeu, a industrialização da ciência acarretou o compromisso desta com os centros de poder económico, social e político, os quais passaram a ter um papel decisivo na definição das prioridades científicas (Santos, 1987, 34).

Para além da influência notável ao nível das prioridades científicas, também aos níveis da aplicação da ciência e da organização da investigação científica se fez reflectir a hegemonia de uma dada ordem económica, política e ideológica. O fenómeno de estratificação da comunidade científica e o conseqüente autoritarismo e desigualdade que passaram a embeber as relações de poder entre os cientistas, mais não fizeram que despoletar a sua submissão a um “[...] processo de proletarização no interior dos laboratórios e dos centros de investigação” (Id., Ibid., 35).

3.2. O caso da cultura organizacional: centralidade analítica das condições sociais?

Esta brevíssima sinalização de aspectos de ordem social, política e ideológica inerentes ao processo de construção do conhecimento em ciências sociais e humanas quando transposta para a análise mais delimitada do objecto cultura organizacional, confronta o investigador com um sem número de interrogações pertinentes. Desde logo, parece fazer sentido levantar a hipótese

teórica de que a emergência, desenvolvimento e eventual consolidação da problemática da cultura organizacional reflecte uma determinada ordem social, política e ideológica, difícil de obnubilar, face às suas especificidades impositivas que, a partir de certa altura, começaram a impregnar os mais diversos estudos em ciências sociais. Mas se a exploração teórica desta tese aparece mais ou menos desenvolvida na literatura da especialidade, nas incontornáveis rubricas dedicadas às razões conjunturais de emergência da problemática⁸, o certo é que não podemos deixar de salientar também que a grande maioria dos estudos produzidos sobre esta área temática mais não fazem do que enfileirar um conjunto de razões de ordem económica, política ou ideológica, como as responsáveis exclusivas pela emancipação teórica da cultura organizacional. Isto é, as análises que se centraram efectivamente sobre as condições sociais de produção da cultura organizacional, não obstante identificarem um conjunto importante de variáveis explicativas para o despoletamento do fenómeno, não deixaram, no entanto, de incorrer em abordagens acríicas, insularizadas, parcelares e, de certa forma, desideologizadas.

Ao recorrer-se, como tem sido apanágio nas últimas duas décadas, a razões exclusivamente de ordem económico-política para legitimar teoricamente a imposição no campo científico geral de uma área temática particular, nomeadamente quando esta se apresenta como um objecto de estudo de interesse multidisciplinar, tende-se a adoptar o pressuposto de que o processo de construção da ciência é determinado exclusivamente por factores externos às suas próprias condições teóricas de produção. Para além disso, a perspectivação das condições sociais/culturais de produção de conhecimento para se tornar numa estratégia analítica operante, implicaria, como referimos anteriormente, uma postura investigativa de vigilância crítica sobre a natureza ontológica do objecto de estudo, o que em grande parte dos casos, não parece ter acontecido. Mais do que assinalar as razões (sociais, políticas, ideológicas, culturais) objectivas que conduziram ao *sucesso* da cultura organizacional simultaneamente como área de estudo e como técnica de gestão, interessaria antes tomar aquele indicador investigativo como o ponto de partida para mais fundamentadamente enquadrar e questionar quer as configurações teóricas que desencadeou, quer o valor heurístico que trouxeram (pelo menos algumas delas), ao repescutar o funcionamento e as multilogicidades/racionalidades das organizações. Significaria, portanto, que se procedesse a uma abordagem crítica sobre os mais diversos condicionalismos que interferiram nos modos de perspectivar a cultura organizacional, procurando que este processo analítico predominasse sobre a sua latente arquitectura ideológica, diferenciando, assim, as produções teóricas das ideologias mais organizativas.

4. Os pressupostos teóricos da genealogia

Quando referimos que o processo de construção da problemática da cultura organizacional reflecte não só as condições sociais de produção mas também as condições teóricas, estamos justamente a enfatizar, na esteira de diversos autores, entre os quais destacamos (e entre nós), Nunes (1980), Almeida & Pinto (1982), Silva & Pinto (1986), Santos (1987), o carácter abstracto e a fecundidade reconstrutivista do trabalho científico. No caso particular em análise, equivaleria a afirmar que a cultura organizacional pode e deve ser explicada também a partir das suas fundações teóricas e disciplinares, e aqui

⁸ Vejam-se a este propósito, para além das obras já citadas na nota 2, os trabalhos produzidos pelos seguintes autores portugueses: Reto & Lopes (1983); Gomes (1988, 1990); Lopes & Reto (1988), Neto (1989). De realçar também, dentro desta perspectiva, o trabalho de Thévenet (1997).

igualmente enquadrada, para que, de um ponto de vista complementar, se possa aceder às eventuais modalidades de apropriação político-ideológica em contextos de espaço/tempo determinados.

Julgamos, pois, que uma abordagem aprofundada sobre a procedência da problemática da cultura organizacional não pode prescindir, de um enfoque multidireccional que contemple as dimensões teóricas, disciplinares, políticas, económicas, ideológicas, susceptível de potencializar um debate em torno da natureza ontológica e epistemológica daquela área de estudo. Se, num primeiro momento, nos parece crucial debater as condições sociais de produção da problemática, por outro lado, este objectivo só poderá ser sociologicamente cumprido se mediatizado pelas especificidades inerentes às suas condições teóricas de produção. Tomando como referência teórica a enunciação destes pressupostos, destacaremos, de seguida, dois eixos analíticos que se nos afiguram fundamentais para o desenvolvimento de uma genealogia da cultura organizacional:

- a) Uma análise aos principais pilares teórico-disciplinares fundadores da problemática da cultura organizacional, numa óptica analítica inspirada sobretudo no domínio da sociologia das organizações, onde se procure compreender a emergência desta área de estudo, a partir de uma revisitação às diversas configurações teórico-conceptuais que historicamente se foram cristalizando e vislumbrando como pertencendo à ordem dos designados *antecedentes teóricos*⁹;
- b) Uma abordagem em torno dos condicionamentos sociais, políticos, ideológicos inerentes ao processo de construção da problemática, procurando fazer a revisão crítica dos estudos já realizados sobre esta rubrica, assim como equacionar do ponto de vista da política económica europeia e global as actuais apropriações da cultura organizacional.

5. As condições teóricas de produção da problemática: esboço de um percurso possível

Para encetar este trabalho de reconstituição histórica da problemática da cultura organizacional e da sua reposição nos contextos teóricos de origem, necessitamos de definir *à priori* uma estratégia metodológica capaz de orientar esta viagem retrospectiva em direcção aos principais pilares estruturadores deste campo de saber. A principal questão que se coloca, então, é a de saber qual o ponto de partida conceptual que devemos tomar como referência analítica para accionarmos este complexo e sinuoso percurso analítico.

Dada a dificuldade em identificar um único e exclusivo parâmetro orientador deste tipo de análise, desde logo pelo conseqüente reducionismo e fechamento analítico que comporta, optámos por abrir o campo da pesquisa a duas hipóteses de partida com referenciais conceptuais distintos. A vantagem em adoptar um duplo ponto de partida reside na possibilidade de poder confrontar duas perspetivações com enfoques teórico-conceptuais diferenciados e, por isso, poder contribuir para melhor apreender a complexidade sociológica e organizacional da problemática. Neste sentido, será à luz dos seguintes pressupostos de partida que nos parece viável encetar esta abordagem:

⁹ Apoiar-nos-emos, como ponto de partida, nos trabalhos (pioneiros) que procuraram desenvolver os antecedentes teóricos da problemática da cultura organizacional, nomeadamente, nos trabalhos de Ouchi & Wilkins (1988) e Alvesson & Berg (1992).

a) Partindo de um conceito restritivo de cultura organizacional, tal como ele tem sido enunciado quer pelos principais autores ligados ao domínio das “ciências da gestão”, quer pelos investigadores situados em contexto académico. Tratar-se-á de construir uma espécie de síntese compósita dos principais dimensões e indicadores subjacentes ao conceito de cultura organizacional (mais comumente utilizado) e *partir em direcção ao passado* em busca da sua paternidade, das suas filiações disciplinares, da sua origem e evolução.

b) Partir de uma conceptualização teórica mais vasta e sociologicamente mais abrangente de cultura organizacional, adoptando o ponto de vista de que esta problemática é ela própria um produto cultural, isto é, a ideia de que a cultura organizacional constitui ela mesma uma forma de cultura (dominante) nas organizações, o que equivale a afirmar que, em outras configurações organizativas anteriores (mais inspiradas nas teorias clássicas, por exemplo), também podemos identificar formas culturais dominantes.

Se na primeira hipótese estamos em presença de uma perspectivação micro-centrada num conceito limitado de cultura organizacional, tal qual ele tem sido adoptado na literatura pós década de 70, o mais que podemos conseguir reconstituir pela análise do seu passado multidisciplinar, será uma espécie de genealogia da sua descendência teórica directa. Ou seja, esta estratégia metodológica dar-nos-á acesso, por aproximações sucessivas, aos trabalhos pioneiros que adoptaram a cultura organizacional como objecto de estudo privilegiado.

A luz do segundo pressuposto não interessará tanto incidir a análise na cultura organizacional como objecto de estudo, mas antes privilegiar a perspectivação da cultura organizacional como produto ou construção cultural. Este aparente processo de *culturalização da cultura organizacional*, subjacente a este ponto de vista, mais não procurará que reflectir sobre os processos de construção e reconstrução das teorias organizacionais por referência aos seus contextos sociais, culturais e políticos de produção, numa tentativa de identificar as configurações culturais dominantes que enformam, igualmente, as organizações cujo padrão de funcionamento é inspirado em diferentes modelos teóricos — em primeira instância os modelos que estruturaram e consolidaram a própria ciência das organizações. Em suma, a ideia será compreender os caminhos que cada modelo teórico de análise das organizações abre para a compreensão da cultura organizacional, no sentido de perspectivar o seu desenvolvimento como um processo sociologicamente imbricado nas condições teóricas de produção.

Será este caminho a percorrer em investigações próximas.

6. Referências Bibliográficas

- ALLAIRE, Yvan & FIRSIROTU M. (1984). "Theories of Organizational Culture", in *Organizations Studies*, Vol. V (3), pp.193-226.
- ALMEIDA, João Ferreira & PINTO, José Madureira (1982). *A Investigação nas Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença.
- ALVESSON, Mats & BERG, Per Olof (1992). *Corporate Culture and Organizational Symbolism. An Overview*. New York: Walter de Gruyter.
- BOUDON, Raymond (1998). *O Justo e o Verdadeiro. Estudos Sobre a Objectividade dos Valores e do Conhecimento*. Lisboa: Instituto Piaget.
- BOURDIEU, Pierre. *et al.* (1976). *El Oficio de Sociólogo. Presupuestos Epistemológicos*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, S. A.

- BOURDIEU, Pierre (1998). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Editora Vozes, Lda.
- COMISSÃO GULBENKIAN Sobre a Reestruturação das Ciências Sociais (1996). *Para Abrir as Ciências Sociais*. Mem Martins: Publicações Europa América.
- DEAL, Terence E. & KENNEDY, Allan A. (1988). *Corporate Cultures*. London: Penguin,
- FREITAS, M. Ester de (1991). *Cultura organizacional. Formação, Tipologias e Impacto*. São Paulo: Mcgraw-Hill.
- FROST, Peter J. et al. (Eds.) (1985). *Organizational Culture*. London: Sage Publications.
- FROST, Peter J. et al. (Eds.) (1991). *Reframing Organizational Culture*. London: Sage Publications.
- GIDDENS, A. (1996). *Novas Regras do Método Sociológico. Uma Crítica Positiva às Sociologias Interpretativas*. Lisboa: Gradiva.
- GOMES, Adelino D. (1988). "Cultura Tecnológica e Cultura organizacional", in *Análise Psicológica*, Vol VI (3-4), pp. 475-491.
- GOMES, Adelino D. (1990). *Cultura organizacional. A Organização Comunicante e a Gestão da sua Identidade*. Coimbra: Universidade de Coimbra, (Tese de Dissertação de Doutoramento - policopiado).
- KUHN, Thomas S. (1991). *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva S. A.
- LIMA, Licínio C. (1994). "Modernização, Racionalização e Optimização. Perspectivas Neo-Taylorianas na Organização e Administração da Educação", in *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 14, pp. 119-139.
- LOPES, Albino & RETO, Luís (1988). "Cultura de Empresa — Moda, Metáfora ou Paradigma?", in *Revista de Gestão*, nº II-III, pp. 25-37.
- MARTIN, Joanne (1992). *Cultures in Organizatins. Three Perspectives*. New York: Oxford University Press.
- NETO, João P. (1989). *A Cultura Organizacional das Empresas*. Lisboa: Associação Portuguesa dos Gestores e Técnicos de Recursos Humanos.
- NUNES, A. Sedas (1980). *Questões Preliminares Sobre as Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais.
- OUCHI, William G. & WILKINS, Alan L. (1988). "Organizational Culture", in Adam Westoby (Org.). *Culture and Power in Educational Organizations*. Milton Keynes: Open University Press, pp. 223-252.
- OUCHI, William G. (1986). *Teoria Z. Como as Empresas Podem Enfrentar o Desafio Japonês*, São Paulo: Nobel.
- PASCALE, T.R. & ATHOS, G. A. (1981). *The Art of Japanese Management*. Nova Iorque: Simon & Schuster.
- PETERS, T. J. & WATERMAN, R. H. (1987). *In Search of Excellence (Na Senda da Excelência)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- RETO, Luís & LOPES, Albino (1983). "Organizações e Cultura", in *Psicologia*, Vol. IV (3-4), pp. 179-186.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1987). *Um Discurso Sobre as Ciências*. Porto: Edições Afrontamento.
- SCHEIN, Edgar H. (1985). *Organizational Culture and Leadership*. São Francisco: Jossey-Bass Publishers.

SCHUMPETER, Joseph A. (1996). *Ensaio: Empresários, Inovação, Ciclos de Negócio e Evolução do Capitalismo*. Oeiras, Celta Editora, pp. 250-264.

SILVA, Augusto Santos & PINTO, José Madureira (1986). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.

SMIRCICH, Linda (1983). "Concepts of Culture and Organizational analysis", in *Administrative Science Quarterly*, nº 28, pp. 339-358.

THÉVENET, M. (1989). *Cultura de Empresa, Auditoria e Mudança*. Lisboa: Monitor.

WEBER, Max (1979a). *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença.

WEBER, Max (1979b). *O Político e o Cientista*. Lisboa: Editorial Presença.